


RECRIANDO (N)A TERRA EM MEIO A “VAZIOS” URBANOS: A IMPLANTAÇÃO DAS HORTAS COMUNITÁRIAS DA REGIÃO SUDESTE DE TERESINA

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-174>

Data de submissão: 15/03/2025

Data de publicação: 15/04/2025

Iarah Gabrielly de Sousa Lyra

Mestranda em História do Brasil. Pós-Graduação em História do Brasil. Bolsista pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
E-mail: iarahlyra@outlook.com

Cláudia Cristina da Silva Fontineles

Doutora em História. Bolsista em Produtividade Científica CNPq/Professora Associada da Universidade Federal do Piauí/Brasil - Departamento de História/Programa de Pós-Graduação em História do Brasil e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
E-mail: cfontinelles@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva compreender as motivações para a implantação do projeto de hortas comunitárias no bairro Itararé, localizado na região Sudeste da capital Teresina, bem como as reverberações iniciais após o “lançamento do projeto” no ano de 1987, recorte desta pesquisa. As fontes utilizadas incluem documentos oficiais, jornais e entrevistas, na tentativa de alcançar uma visão mais ampla desse processo histórico. Teórica e metodologicamente, o artigo faz interlocução com as pesquisas de Verena Alberti (2005) e Paul Thompson (1998) sobre História Oral, e Michael Pollak (1989), com seus escritos e contribuição acerca da memória, além de dialogar com estudos que discutem a história do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde, a partir da pesquisa de Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017), sobre cidade, com Henri Lefebvre (2001), relação campo-cidade, com Raymond Williams (1989) e a perspectiva de Edward Palmer Thompson (1998; 2002), sobre trabalho e experiência. Por fim, o estudo conclui que, apesar de a implantação das hortas ter inicialmente um foco comercial ou educacional, a descontinuidade da assistência por parte da prefeitura levou os horticultores a desenvolverem múltiplas estratégias de resistência para garantir a continuidade de seus trabalhos. Esse cenário impactou diretamente as suas trajetórias e influenciou o desenvolvimento do projeto.

Palavras-chave: História. Trabalho. Hortas Comunitárias. Agricultura. Resistência social.

*Afagar a terra
Conhecer os desejos da terra
Cio da terra, a propícia estação
E fecundar o chão
(Buarque; Nascimento, 1977).*

1 INTRODUÇÃO

Os horticultores das hortas comunitárias do Conjunto Habitacional Itararé¹, protagonistas deste estudo, são um exemplo do que foi definido pelo historiador francês Michel de Certeau como “táticas do fraco” (Certeau, 2004, p. 101). Essa definição auxilia na compreensão dos mecanismos de sobrevivência e organização coletiva desses trabalhadores, que ressignificaram o espaço urbano por meio de suas práticas cotidianas.

Discutiremos a idealização e implantação do projeto de hortas comunitárias no bairro Itararé, localizado na zona Sudeste de Teresina (PI), e a repercussão no contexto histórico e social no qual a iniciativa se insere. Um dos primeiros do tipo na capital, o projeto foi implementado ainda em 1987 e tornou-se uma das maiores hortas em extensão da América Latina². A sua criação surge como uma ação coletiva para minimizar problemáticas urbanas, como o desemprego e a fome, refletindo a busca por melhores condições de vida em um período de renovação e recuperação pós-ditadura civil-militar.

A pesquisa tem caráter empírico e constitui-se a partir da análise de fontes documentais e hemerográficas, como matérias jornalísticas e documentações (atas, carteirinhas, manuais etc.) do período, articuladas à historiografia, além do uso da metodologia da História Oral, por meio da realização de entrevistas temáticas com horticultores da região.

Este estudo fundamenta-se nas contribuições de Michael Pollak (1989; 1992) sobre História e memória. Segundo o autor, “essas expressões remetem mais a noções de memória, ou seja, a percepções da realidade, do que à factualidade positivista subjacente a tais percepções” (Pollak, 1989, p. 201). Dessa forma, as entrevistas com os horticultores não se restringem apenas aos fatos, mas buscam compreender como esses indivíduos percebem e interpretam as próprias trajetórias, as

¹ De acordo com Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017), o nome “Itararé”, de origem tupi, significa “curso subterrâneo das águas de um rio através de rochas calcárias” e fazia referência à Fazenda Itararé, localizada na área onde hoje se encontra o bairro São João, em Teresina (PI). Posteriormente, com a construção da segunda etapa do conjunto habitacional, durante o governo de Lucídio Portela (1979-1983), o conjunto foi renomeado como Dirceu Arcoverde, em homenagem ao governador Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1979). Para uma análise aprofundada sobre o conjunto habitacional, incluindo os contextos, origens, transformações e resistências políticas e sociais, recomendamos a leitura da obra *Nasce um bairro, renasce a esperança*, de Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017).

² De acordo com Joana Aires da Silva (2014, p. 183), as Hortas Comunitárias do Dirceu Arcoverde estão entre as maiores da América Latina. Além disso, o *Manual do Horticultor – Recomendações para o Cultivo Orgânico de Hortaliças* (Teresina, 2019) reforça a relevância das hortas de Teresina no contexto da agricultura urbana. De acordo com o manual, em dezembro de 1999, Teresina foi incluída entre as seis cidades da América do Sul e Caribe selecionadas para apresentar projetos de agricultura urbana no encontro da Organização das Nações Unidas (ONU) – Programa de Agricultura Urbana, realizado em abril de 2000, em Quito, capital do Equador. Além de Teresina, apenas Brasília representou o Brasil no evento, ao lado das cidades de Texcoco (México), Havana (Cuba), Cuenca (Equador) e Camilo Aldao (Argentina).

experiências com o projeto e os seus cultivos pessoais, revelando a complexidade de suas vivências e visões de mundo.

Com esse propósito, embasamos o uso da História Oral a partir de Verena Alberti (2005, p. 24), que a concebe como “um método de pesquisa [...] que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”. Com base nessa abordagem, entrevistamos horticultores que atuam na região das hortas desde os anos iniciais do projeto, e identificamos um aspecto comum a essas pessoas: a migração para Teresina em busca de melhores condições de vida.

Para definirmos os critérios de seleção dos entrevistados, realizamos um diálogo inicial com aqueles que ingressaram nas hortas nos primeiros anos do projeto. Neste artigo, citamos cinco desses horticultores. As entrevistas ocorreram nos próprios lotes de cultivo, com a permissão dos participantes, que preferiram responder enquanto trabalhavam. Além disso, autorizaram o registro fotográfico desses momentos, o que permitiu a documentação visual das atividades e dos ambientes.

As entrevistas foram estruturadas para mapear as trajetórias dos entrevistados até a cidade de Teresina e o percurso de cada um deles até a sua inserção como horticultores. O levantamento abrange as experiências deles no campo antes da migração, as motivações para a realização da mudança, o início da vida no bairro Itararé e os impactos do trabalho desenvolvido nas hortas comunitárias. Buscamos compreender de que forma o projeto contribuiu para a manutenção dos cotidianos dos entrevistados e como os transformou em figuras públicas dentro da comunidade onde residem.

No que se refere às abordagens analíticas, recorreremos a Raymond Williams (1989) e Henri Lefebvre (2001), cujas reflexões, embora desenvolvidas em contextos distintos, oferecem importantes contribuições conceituais e historiográficas para este estudo.

Williams (1989), ao analisar a relação histórica entre campo e cidade na Inglaterra, demonstra que esses espaços não são realidades opostas, mas interdependentes e em constante transformação, uma perspectiva que permite compreender as hortas comunitárias como territórios que materializam essa dinâmica, visto que integram práticas agrícolas ao ambiente urbano.

Lefebvre (2001), por sua vez, ao discutir a produção do espaço urbano na França, concebe a cidade como um produto social, e possibilita a interpretação das hortas comunitárias como formas de apropriação coletiva do território, nas quais os horticultores ressignificam o uso da terra no espaço urbano.

A análise dos conhecimentos transmitidos por esses trabalhadores elucida um caráter essencial, uma vez que tais saberes não apenas foram preservados, mas serviram como tática para a inserção e sobrevivência dessas pessoas na cidade. Embora os autores supracitados não analisem especificamente

o recorte da presente pesquisa, as suas abordagens fornecem ferramentas analíticas fundamentais para examinar as interações entre rural e urbano, bem como os impactos sociais e espaciais desse processo na cidade de Teresina.

Nesse sentido, recorreremos à categoria thompsoniana de experiência (Thompson, 1998; 2002) para entender como esses trabalhadores moldam as condições impostas pelo Estado, e como suas experiências cotidianas, tanto no campo quanto na cidade, se entrelaçam na construção de uma identidade coletiva. Ao compartilharem as lutas pela manutenção familiar e pelo trabalho, essas vivências não apenas reforçam as relações de classe, mas fortalecem a ação coletiva, revelando como a experiência compartilhada de um contexto urbano e rural interligado é fundamental para a resistência desses grupos às imposições externas.

A compreensão da configuração social, geográfica e política do entorno estudado fundamenta-se em uma abordagem interdisciplinar, embasada em pesquisas de múltiplas áreas do conhecimento. No campo da História, Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2017) analisam os processos de formação e permanência do bairro, enquanto, na Geografia, Joana Aires da Silva (2014) investiga a organização espacial e as dinâmicas territoriais do local. Além disso, Juliana Monteiro (2005), ao estudar a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, examina as interações entre urbanização e sustentabilidade. Foram essas as pesquisas que forneceram subsídios essenciais para a análise do contexto no qual as hortas comunitárias foram inseridas.

2 CAMPO POSSÍVEL: TÁTICAS E REINVENÇÕES DO TRABALHO NA CIDADE?

Iniciativas como as hortas comunitárias configuram-se como “campos possíveis” no tecido urbano da cidade de Teresina, espaços aos quais se articulam a experiência coletiva, a memória rural e múltiplas formas de trabalho. Nesses territórios, horticultores em sua maioria, migrantes em busca de melhores condições de vida nas capitais – desenvolvem táticas criativas de subsistência, que reinventam as práticas agrícolas no contexto urbano. Apesar dos desafios e limitações, essas hortas ressignificam as dinâmicas urbanas e recriam formas de organização social em Teresina. É nessa fronteira, entre o rural e o urbano, entre a tradição e a reinvenção, que se configura o espaço de negociação permanente entre as estruturas urbanas e as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, como iremos observar a seguir.

Segundo a pesquisadora Juliana Monteiro (2005, p. 15), a Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) implantou as hortas comunitárias com o objetivo de fomentar a produção de alimentos e a geração de emprego e renda às famílias carentes residentes em áreas da zona urbana e rural do município identificadas como bolsões de pobreza.

Os responsáveis pela implantação, como veremos no decorrer do artigo, afirmam a busca por mitigar problemas como fome, desemprego, carestia de hortifrutigranjeiros e abandono de menores. Contudo, essas iniciativas configuram-se como soluções paliativas diante das exclusões estruturais que marginalizaram esses sujeitos. Para compreendê-las, faz-se necessário um recuo analítico que situe os contextos geográfico, social e econômico, tanto em nível local quanto nacional.

A busca por melhores condições de vida, moradia e alimentação digna impulsionou o processo migratório, agravado pela problemática da seca e pela inoperância de políticas públicas. Esse êxodo rural intensificou-se durante os governos autoritários entre as décadas de 1960 e 1980, evidenciando a necessidade de alternativas de ocupação para a crescente população urbana que não conseguia se inserir no mercado de trabalho.

A Tabela 1 ilustra esse movimento ao apresentar a evolução populacional de Teresina entre 1960 e 2000. Os dados demonstram um crescimento expressivo da população urbana acompanhado pela redução progressiva do contingente rural.

Tabela 1 – Evolução Populacional de Teresina de 1960 a 2000

Anos	Total	Urbano		Rural	
		Nº Hab	%	Nº Hab	%
1960	142.691	98.329	68,91	44.362	31,09
1970	220.520	181.071	82,11	39.449	17,89
1980	377.774	339.042	89,75	38.732	10,25
1991	599.272	556.911	92,93	42.361	7,07
1996	655.473	613.767	93,64	41.706	6,36
2000	714.318	676.596	94,72	37.722	5,28

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Adaptado por: Lyra (2025).

Observa-se, na tabela, que em 1960 a população rural ainda representava 31,09% do total, mas esse percentual caiu drasticamente nas décadas seguintes, chegando a apenas 5,28% em 2000. O declínio reflete o deslocamento contínuo de famílias do campo para a cidade, motivado pelas dificuldades de sobrevivência em áreas rurais. Além disso, a partir de 1970, percebe-se um crescimento acelerado da população urbana de Teresina, indicando que a cidade se tornou o principal destino dos migrantes.

Diante das precárias condições no campo, marcadas pela falta de acesso à terra para moradia, cultivo e sustento, além de condições de trabalho adversas, recomeçar em um ambiente urbano desconhecido parecia uma alternativa mais promissora do que permanecer em terras alheias sob intensificação da exploração. No entanto, esse crescimento urbano não foi acompanhado de políticas habitacionais eficazes, resultando na ocupação de áreas negligenciadas e na carência de infraestrutura.

Antônia Jesuíta de Lima (2003, p. 194) ressalta que a maioria dos migrantes era oriunda do interior do Piauí, embora um contingente significativo também viesse de estados vizinhos, como Maranhão, Ceará e Pará. Os deslocamentos eram impulsionados pelas dificuldades enfrentadas no campo, como exploração no trabalho, falta de terras para cultivo e escassez de oportunidades. Apesar de compartilharem origens semelhantes, as trajetórias variavam: alguns migravam com a família completa, outros sozinhos ou acompanhando os pais; todos em busca de melhores condições de vida. No novo espaço, era comum que vendessem os poucos bens que possuíam para adquirir uma moradia, ainda que precária, ou um pequeno lote de terra para recomeçar – um reflexo dos sacrifícios e desafios do processo migratório.

A construção do Conjunto Habitacional Itararé, em 1976, exemplifica as contradições do “desenvolvimentismo” autoritário. Financiado pelo Banco Nacional da Habitação (BNH) e executado pela Companhia de Habitação Popular do Piauí (COHAB-PI), o projeto seguia a lógica do regime do período: enquanto promovia a ideia de modernização e progresso, na prática, segregava os migrantes em áreas periféricas sem infraestrutura adequada. Como destacam os historiadores Cláudia Fontineles e Marcelo de Sousa Neto (2020):

O novo residencial representava parte do espaço urbano segregado, que alterava profundamente a organização espacial e social da cidade ao separar pessoas, escamoteando a solução do problema de acesso à moradia ao entregar as casas sem a infraestrutura urbana primária para a implantação de uma moradia salubre e segura (Fontineles; Sousa Neto, 2020, p. 5).

Nessa perspectiva, sob o pretexto de resolver o déficit habitacional, o Estado seguiu deslocando sujeitos para espaços distantes do “centro urbano”, uma estratégia de higienização social que priorizava uma estética desenvolvimentista em detrimento de condições básicas e cotidiano digno, evidenciando a precariedade das condições de inserção desses trabalhadores na cidade.

A ocupação da região Sudeste de Teresina em 1977, com a construção do Conjunto Habitacional Itararé I, contabilizou o total de 3.040 unidades habitacionais (Fontineles; Sousa Neto, 2020, p. 9), seguida pela segunda parte do projeto, em 1980, com 4.254 unidades (Lima, 2011, p. 24). Esses conjuntos viriam a ser renomeados como Dirceu Arcoverde I e II. A expressiva quantidade de moradias impulsionou o crescimento populacional do bairro Itararé, que em 2000 já era o mais populoso de Teresina, registrando 40.751 habitantes, o que representava pouco mais de 33% da população da região Sudeste (IBGE, 2000).

Figura 1 – Região do Grande Dirceu em relação à cidade de Teresina



Fonte: Google Maps. Elaborado no *software QGIS*. Adaptado por: Lyra, 2025³.

A Figura 1 ilustra a localização da região do chamado “Grande Dirceu” em relação à cidade de Teresina, formado pelos bairros Parque Ideal, Itararé, Colorado, Novo Horizonte, São Sebastião, Parque Poti e Renascença, destacando a sua posição estratégica dentro do município. Em sua tese, Paulo Lima (2011) confere que o contingente populacional da região consolidou a área como um importante subcentro urbano, marcado pela predominância de moradores de baixa renda e pela crescente influência na dinâmica socioeconômica da cidade.

O relato do senhor Antônio Maria dos Santos⁴ acrescenta novas camadas à compreensão do processo migratório, evidenciando as oportunidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores que chegavam a Teresina na década de 1970. Ele descreve como a busca por emprego foi um dos principais fatores que impulsionaram a sua mudança, ressaltando a demanda crescente por mão de obra barata no contexto da urbanização acelerada e do ideário desenvolvimentista que marcavam o país naquele período.

Eu nasci no município de Barras, no “interior”. Minha vida era roça e agricultura. Um pouco de acesso à educação, se tivesse praticado tava mais elevado né. Mas como deixei de mão... Estudei naquela idade de 12, 13 anos, se encerrou e nunca mais. O *cara* não ter prática, não

³ Os mapas apresentados neste trabalho foram elaborados no *software QGISgis*, com base em imagens de satélite disponíveis, e adaptados pelo autor.

⁴ Santos, Antônio Maria dos. *Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta do entrevistado*. Teresina, 30 ago. 2022.

Oriundo do interior de Barras (PI), o senhor Antônio Maria relatou ter migrado para Teresina em busca de melhores condições de trabalho, acompanhado de sua esposa e sete filhos. No período inicial, residiu de aluguel no bairro São João até conseguir financiamento para uma casa no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde II. Em sua trajetória profissional, trabalhou na construção civil em Teresina e na construção da Barragem de Tucuruí, no estado do Pará, cuja obra teve início em 1976 e foi concluída em 1984. Apesar de ter transitado por diferentes áreas de trabalho ao longo da vida, ele declara encontrar sua verdadeira satisfação na atividade que desenvolve atualmente nas hortas comunitárias, a qual carinhosamente denomina “artecultura”.

entendia muito bem. Estou com 81 anos quase, estou desde esse tempo sem praticar. Hoje sou artecultor [...] A vida era muito precária, fazia horta dentro dos terrenos dos outros, pagando renda... Precária mesmo, de pobreza [...] vim devido à condição financeira muito difícil, nessa época que vim *pra* cá, já morava aqui em José de Freitas, quando decidi vir, foi *pra* ver se encontrava um emprego *pra* melhorar a condição. Emprego em construção civil, depois trabalhei *pra* transportadora, a ATA Transportadora, recebendo carga de São Paulo. Antes disso, fui *pra* Tucuruí trabalhar na barragem de lá de Tucuruí, naquelas épocas de 80. Quando saí da ATA, fui *pra* JET Confecções, do José Elias Tajra, ali no Cristo Rei, onde passei um tempo e foi quando descobri as hortas, e *pra* cá sempre foi melhor do que trabalho em emprego (Santos, 2022).

Como uma “memória enquadrada”, a narrativa do senhor Antônio Maria dos Santos condensa uma história de vida individual, que, segundo Pollak (1989, p. 13), pode ser relatada de diferentes formas conforme o contexto, mas sempre dentro de certos limites. No nível individual e coletivo, “coerência e continuidade” são marcas de uma memória crível e de um sentido de identidade.

Assim, o testemunho de Antônio Maria dos Santos (2022) permite observar uma dinâmica específica do mercado de trabalho da época, sobretudo para os homens, que encontravam ocupação principalmente na construção civil e em outras atividades associadas à expansão da infraestrutura urbana. No entanto, muitos migrantes mantinham laços com o campo, retornando periodicamente às suas terras de origem para complementar a renda e garantir o abastecimento alimentar de suas famílias. Essa relação entre o meio rural e a cidade revela uma estratégia de sobrevivência adotada por aqueles que, mesmo inseridos no espaço urbano, ainda dependiam das práticas agrícolas para sustento e estabilidade econômica.

Esse quadro enfatiza aquilo que Raymond Williams (1989, p. 78) destaca ao afirmar que as dinâmicas entre cidade e campo não devem ser vistas como um contraste simplista, onde a cidade representa a “corrupção” e o campo, a “pureza”. Pelo contrário, o autor sublinha que os comportamentos observados na cidade frequentemente são moldados pelas necessidades da classe dominante rural, revelando uma interdependência histórica entre esses dois espaços.

No caso do Itararé, por exemplo, a prática permitiu que muitos moradores mantivessem pequenos cultivos dentro dos limites do bairro, criassem animais de pequeno porte e cultivassem hortas, o que complementava a subsistência da família, integrando uma prática rural ao tecido urbano (Monteiro *apud* Fontineles; Sousa Neto, 2017, p. 105). Esse fenômeno evidencia as adaptações às limitações da cidade, como elucidado por Henri Lefebvre (2001), que destaca a presença de “pedaços rurais” ou “espaços rurais” no interior das cidades. Segundo o autor, “entre as malhas do tecido urbano persistem ilhotas e ilhas de ruralidades” (Lefebvre, 2001, p. 19).

3 SOB OS FIOS DE ALTA TENSÃO: O PROJETO DE HORTAS COMUNITÁRIAS NO ITARARÉ

O projeto de hortas comunitárias foi implantado em áreas ociosas sob a rede de alta tensão da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), originando canteiros verdes margeados por uma avenida. A seguir, abordaremos como esses espaços, cedidos pela concessionária de energia, se tornaram emblemáticos nas tensões e possibilidades do Itararé, transformando terrenos antes subutilizados em territórios produtivos.

Como mencionado anteriormente, o cultivo de subsistência familiar já existia no bairro antes da implantação do projeto de hortas comunitárias. Para diferenciar essas práticas, recorreremos à classificação de Leocádio de Souza Camargo (1992 *apud* Monteiro, 2005), que categoriza as hortas conforme sua finalidade e escala de produção. As hortas caseiras ou domiciliares são cultivadas em pequenas áreas, para consumo familiar, enquanto as hortas intensivas possuem maior escala e visam a comercialização. A principal distinção entre elas está no propósito: atender diretamente às necessidades alimentares ou gerar renda.

No caso das hortas comunitárias, Camargo (1992 *apud* Monteiro, 2005) destaca aspectos essenciais para a implantação, como a escolha do terreno com leve declividade (0,5% a 1%) para evitar acúmulo de água, boa luminosidade e proteção contra ventos fortes. A proximidade do mercado consumidor também é relevante, dada a perecibilidade das hortaliças. Além disso, a água deve ser limpa e abundante, e a área escolhida deve estar distante de árvores, para evitar competição por nutrientes, e de estradas, reduzindo riscos de furtos e contaminação.

A primeira referência às hortas comunitárias na imprensa piauiense foi em uma matéria do jornal *O Dia*, de 11 de fevereiro de 1987, intitulada “Agricultura implantará hortas educacionais”. Na ocasião, as primeiras hortas comunitárias de Teresina ganharam destaque como projetos educacionais, assistenciais e de produção em escala comercial. Implementadas pela então recém-criada Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, durante o governo do prefeito Wall Ferraz, essas iniciativas tinham como objetivos qualificar mão de obra e reduzir a importação de hortifrutigranjeiros, conforme destacado na matéria.

A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento está desenvolvendo dois projetos de horta comunitária. Em um deles, serão implantadas hortas educacionais ou assistenciais e, no outro, hortas de produção em escala comercial. A informação partiu do secretário Augusto Matias Matos, acrescentando que o segundo projeto visa, sobretudo, diminuir as importações de hortifrutigranjeiros, que atingem atualmente a 95 por cento dos produtos consumidos em Teresina. O projeto de hortas comunitárias educacionais visa preparar mão de obra qualificada. Para isso, a Prefeitura vai começar a treinar uma geração nova em hortas existentes em hospitais, quartéis ou em qualquer área livre da cidade, onde exista interesse da comunidade ou da associação para implantar esse tipo de trabalho. Ali será implantada uma mão de obra para uma atividade agrícola mais duradoura e comercial. No projeto de hortas comerciais, é intenção da Prefeitura implantar programas de maior porte, com um planejamento de oferta

constante dos produtos mais consumidos em Teresina, de modo que se possa desviar um pouco o eixo que hoje situa-se no Ceará e Pernambuco, de onde chegam 95 por cento dos produtos aqui consumidos. O secretário Augusto Matos acredita que a oferta de hortigranjeiros em Teresina aumente em fevereiro com relação a dezembro, quando as hortas já existentes produziram mais de 4 toneladas (AGRICULTURA implantará hortas educacionais. *O Dia*, 11 fev. 1987, p. 2).

É evidente que Teresina enfrentava desafios urgentes que exigiam políticas públicas focadas na ocupação de áreas ociosas e na geração de emprego e renda. Citando David Harvey, ao afirmar que “há no urbano uma multiplicidade de práticas prestes a transbordar de possibilidades alternativas” (Harvey, 2014, p. 12), as hortas comunitárias surgem como exemplos concretos dessa multiplicidade, ao transformarem espaços urbanos marginalizados em áreas de cultivo e convivência.

Nesse sentido, as hortas não são apenas uma resposta econômica, mas também um reflexo das “necessidades ricas que aguardam a objetivação, a realização”, como pontua Lefebvre (2001, p. 124-125). Essas necessidades sociais ultrapassam a produção de bens materiais, pois geram novos espaços de interação e trabalho coletivo, ressignificando o uso da cidade.

O projeto, que ganhou destaque nas manchetes da época, provavelmente foi promovido como uma propaganda da prefeitura, especialmente após a criação da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, em 1986, que passou a focar em iniciativas desse tipo. Nesse contexto, as hortas comunitárias surgiram como uma solução estratégica, revitalizando regiões abandonadas, impulsionando a economia local e oferecendo oportunidades de geração de renda.

No caso específico da zona Sudeste da cidade, as hortas comunitárias foram implementadas em quatro etapas ao longo dos anos, com destaque para os anos de 1987, 1994, 1996 e 1999, totalizando 12 hortas comunitárias. Entre as primeiras implementações, destaca-se a horta do Itararé, inaugurada como a primeira, em 1987, seguida pela do Renascença, ainda no mesmo ano. Nos anos subsequentes, novas hortas foram implantadas nos bairros Parque Ideal, Monte Horebe, Bel Terra, Ferroviária, Vila Paris, Alto da Ressurreição, Vila Poti, São Raimundo e Nossa Senhora da Guia (Silva, 2014, p. 182).

Tabela 2 – Hortas implantadas em 1987

Nome (Ano)	Zona	Área Útil (ha)	Nº Poços Tubulares	Tipo de Cultura	Vinculação
Itararé (1987)	Urbana Sudeste	9,0	03	Oleícolas	Termo de Cessão de Uso (CHESF)
Renascença (1987)	Urbana Sudeste	3,2	02	Oleícolas	Termo de Cessão de Uso (CHESF)
São Francisco Norte (1987)	Urbana Norte	1,0	01 (cacimbão)	Oleícolas	Área Própria (PMT)
Promorar (1987)	Urbana Sul	2,0	01	Oleícolas	Área Própria (PMT)

Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Adaptado por: Lyra (2025).

A Tabela 2 ilustra as hortas implantadas em 1987 na cidade de Teresina, detalhando informações como localização, área útil, número de poços tubulares, tipo de cultura e vinculação, aspectos essenciais para compreender o desenvolvimento inicial dessas hortas e a organização dos recursos disponíveis para a implementação em suas respectivas zonas.

No seio da comunidade local, as hortas localizadas ao longo da Avenida Noé Mendes são frequentemente denominadas “Hortas Comunitárias do Grande Dirceu”. Essas hortas ocupam uma área total de 9 hectares, dividida em 135 lotes, e são consideradas uma das maiores da América Latina, devido à extensão de 4 quilômetros margeados pela Avenida Noé Mendes, no centro do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde (Silva, 2012, p. 183).

No entanto, é importante destacar que, para fins de estudo, realizamos uma sistemática entre as hortas, pois, embora compartilhem o mesmo espaço geográfico, foram implantadas em períodos distintos e possuem lideranças específicas para cada “setor”, o que confere um caráter particular a cada uma delas, a exemplo da configuração dos trabalhadores.

Essas hortas apresentam organizações distintas, com múltiplos formatos de gestão, mas também com elementos em comum, como órgãos responsáveis e acordos de cessão. Ou seja, embora exista uma unidade comunitária, há individualidades que tornam cada horta singular em termos de estrutura e funcionamento.

Figura 2 – Vista aérea destacando as hortas comunitárias no bairro Dirceu Arcoverde



Fonte: Google Maps. Elaborado no *software QGIS*. Adaptado por: Lyra, 2025.

Na Figura 2, destacamos a extensão das hortas do Dirceu Arcoverde, utilizando duas cores para facilitar a identificação. Em amarelo, estão indicadas as hortas do Itararé, foco do presente estudo. Estas estendem-se ao longo da Avenida Noé Mendes até a rotatória de interseção com a Avenida Joaquim Nelson, totalizando 1,4 quilômetro. Essas hortas foram implantadas com recursos financeiros

da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) e da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM).

O terreno destinado à implantação da horta foi cedido pela CHESF, conforme declaração do Secretário Municipal de Agricultura à época, Matias Augusto Matos, em matéria publicada no jornal *O Dia* em março de 1987. Segundo entrevistas, o terreno estava ocioso e apresentava riscos de degradação ambiental, ocupação irregular, formação de lixões a céu aberto e uso para atividades criminosas. Essa iniciativa coletiva, hoje bem-sucedida em outras regiões do país, foi pioneiramente implementada no estado do Piauí. Trata-se de um esforço conjunto que envolveu diversos órgãos, entidades e associações, como detalhado no trecho abaixo, publicado no jornal *O Dia*, sob o título “CHESF cede terreno para horta”:

[...] “Para que isto fosse possível”, disse Matias Matos, “seriam necessárias várias reuniões e a elaboração de documentos de Comodato entre a Prefeitura de Teresina, CHESF e Associação de Moradores do Itararé (AMI), com vistas a cumprirem em conjunto as exigências da legislação em vigor sobre o assunto”. Esta permissão de uso, segundo o secretário, é pioneira no Piauí e tem a finalidade, como experiência, de aproveitar as áreas dispostas abaixo das redes elétricas para uma atividade econômica e social. Assim que tomou conhecimento da concessão da CHESF, Matias Augusto Matos, pediu à ETURB que acelerasse os trabalhos de limpeza, terraplanagem e construção de cerca de proteção da área em que será implantada a horta comunitária. Em conjunto com a SEMTAC e a Associação de Moradores, a Secretaria de Agricultura selecionou 100 famílias para trazer um curso de capacitação em horticultura, com início marcado para o dia 4 de abril. “Os custos da implantação do projeto serão financiados pela FUNABEM, que vem fazendo todo o esforço no sentido de viabilizar a idéia, na sua nova concepção de que a ocupação do menor deve ocorrer de forma integrada com suas famílias”, acentua Matias Matos, acrescentando que o chefe do escritório do órgão no Piauí, Manoel Emílio, tem acompanhado todas as etapas de implantação do projeto que “será o maior do Nordeste financiado pela FUNABEM”. Declarou ainda o secretário municipal de Agricultura que, por todo este ano, serão executados mais dois projetos semelhantes ao da horta comunitária do Dirceu Arcoverde, com o objetivo de gerar mais empregos e contribuir para melhorar o abastecimento da cidade. Finalizando, ele disse que, com estas hortas, dependendo da dedicação de cada família, é possível uma renda de mais de dois salários mínimos, mensais por lote. (CHESF cede terreno para horta. *O Dia*, 30 mar. 1987, p. 7).

Sobre os cuidados com a rede elétrica, de acordo com o art. 5º do Regimento das Hortas Comunitárias, descrito na Portaria SDR nº 02/2013 no Manual do Horticultor (Teresina, 2019), nas hortas localizadas em áreas sob a rede de alta tensão da CHESF, os horticultores devem observar normas específicas para garantir a segurança e a integridade da atividade. Entre essas, destacam-se: o uso atento de mangueiras para evitar indução elétrica; a construção de abrigos individuais (casas) com altura máxima de 1,6 metro, construídos e cobertos com materiais não condutores; a proibição de permanência na horta durante chuvas; e a vedação do acúmulo de esterco na base das torres de fiação elétrica (Teresina, 2019, p. 40).

Dessa forma, a aplicação prática das normas citadas no regimento depende de uma fiscalização eficiente e contínua, visto que a segurança dos trabalhadores pode ser comprometida pela ausência de

um acompanhamento regular que garanta o cumprimento dessas medidas, evidenciando a necessidade de maior atenção a essas áreas de risco e ao suporte oferecido aos horticultores.

De acordo com a matéria jornalística supracitada, um curso de capacitação em horticultura seria oferecido, o que de fato ocorreu nas etapas iniciais do projeto conforme as entrevistas com os horticultores, mas que, com o passar do tempo, foi tendo uma atuação cada vez mais reduzida. Como narra o senhor José Alves de Lyra⁵, horticultor nas hortas do Dirceu Arcoverde e morador da região, os primeiros passos no programa das hortas comunitárias eram acompanhados por um suporte técnico qualificado (engenheiros e técnicos), com a presença constante de agrônomos orientando os horticultores sobre o manejo das hortaliças e os cuidados necessários para o cultivo. Ele descreve:

Foi eu que pedi à dona Maria, a primeira horticultora das hortas era ela. Aí ela me deu e eu fui trabalhar sem matrícula, depois foi que eu fui pra prefeitura. Os terrenos já tinham os lotes de terra, aí só não tinha gente trabalhando. Aí eu peguei meu lote, peguei outro [...] Nessa época, no começo tinha agrônomo. Tudininho vinha ajudar nós nas hortas, é, tinha agrônomo [que] passava o dia todo com nós ensinando [a] plantar coentro, cebola... Tudo, adubo, ensinando tudo (Lyra, 2022a).

O relato evidencia que, no início, os horticultores contavam com recursos como ferramentas, sementes, adubos e até mesmo luvas, fornecidos para a produção. Contudo, ao longo do tempo, esses apoios tornaram-se menos frequentes, assim como a presença da associação, cuja participação era mais significativa nas etapas iniciais.

Esse processo reflete o que Pollak (1989, p. 8) descreve como a existência de “zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’” na memória. A redução do suporte técnico e institucional ao longo do tempo não apenas transformou a realidade do projeto, mas também influenciou a forma como ele é lembrado. Como observa Pollak (1989), as fronteiras entre o que é lembrado, esquecido ou silenciado estão em constante deslocamento, evidenciando que a memória não é um registro fixo, mas um processo dinâmico, atravessado por experiências individuais e coletivas.

Segundo o Manual do Horticultor (2019), a Prefeitura de Teresina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), continua responsável pela gestão do programa, assegurando a cessão das terras. Desde a criação do projeto, o processo para acessar o programa permanece o mesmo: as

⁵ Lyra, José Alves de. *Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na residência do entrevistado*. Teresina, 10 ago. 2022a.

Natural de Águas Belas, em Altos (PI), José Alves de Lyra foi criado no campo, onde trabalhou na lavoura e na criação de animais. Ao decidir se mudar para Teresina, buscou oportunidades de emprego para garantir o sustento da esposa e das filhas. Trabalhou como camelô, inicialmente vendendo mercadorias de porta em porta. Mas foi como “vigia” no terminal de petróleo, no bairro Itararé, que conseguiu o seu carnê da COHAB-PI. Assim, conquistou a casa própria no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde II. José Alves de Lyra reiterou durante a entrevista que, graças ao trabalho nas hortas, conseguiu a sua aposentadoria junto com a esposa.

famílias interessadas (que residam no bairro) realizam o cadastro e recebem um lote de terra para iniciar o cultivo.

Contudo, horticultores, muitas vezes, precisam se organizar coletivamente para adquirir insumos. Por isso, torna-se essencial criar mecanismos de diálogo com a administração pública, como um conselho participativo e reuniões mais regulares. Além disso, a (re)ativação de uma cooperativa facilitaria tanto a compra coletiva de materiais e adubo quanto a implementação de melhorias na segurança, como iluminação, monitoramento e apoio da Guarda Municipal, o que contribuiria para a redução de furtos.

4 COOPERAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E (R)EXISTÊNCIA

As hortas comunitárias são frequentemente associadas a movimentos sociais e se configuram como espaços de relações de produção e interações sociais entre os trabalhadores. Indo além do simples ato de cultivar e comercializar, esses espaços abrigam uma diversidade de experiências, que incluem solidariedade, sobrevivência, conflitos e resistências, tornando-se lugares onde o social está em constante construção, organização e recriação, reiterando que, para além do acesso à terra, a manutenção das hortas exige cooperação coletiva frente às suas fissuras.

Uma das entrevistadas, a senhora Fátima Maria da Paz Silva⁶, narrou sobre a importância da Associação dos Horticultores nos primeiros anos das hortas comunitárias. Durante o mandato de Wall Ferraz, a associação desempenhava um papel central na organização do trabalho, com uma conta conjunta administrada pelos “presidentes”. Cada membro contribuía com um carnê, cujo valor, segundo a senhora Fátima Maria da Paz Silva, era acessível a todos: “A associação entrou em decadência, a esperança é de voltar. Ela faliu mesmo, agora estamos tentando voltar, vamos vendo. Na época, pagava uma conta à parte, tinha um ‘carnezinho’ que todo mundo pagava à parte, era em cruzeiro, uma taxa razoável que dava para todo mundo pagar” (Silva, 2022).

O relato da senhora Fátima Maria da Paz Silva ilustra não apenas a estrutura organizacional que sustentava as hortas no passado, mas também o desejo de resgatar essa experiência coletiva. No contexto mais amplo das entrevistas como método de pesquisa, Paul Thompson (1998) ressalta que “o

⁶ Silva, Fátima Maria da Paz. *Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta da entrevistada*. Teresina, 21 ago. 2022.

Aposentada pelo trabalho nas hortas comunitárias, tinha 63 anos ao ser entrevistada. Saiu de sua cidade natal, Campo Maior, aos 17 anos, acompanhada do marido e de dois filhos. Inicialmente, estabeleceu-se em Timon, no Maranhão, onde morou de aluguel por seis meses. Posteriormente, mudou-se para Teresina, capital do Piauí, onde também viveu de aluguel por um período. Mais tarde, conseguiu uma moradia por meio da COHAB-PI, no bairro Dirceu Arcoverde II. Foi ali que a senhora Fátima iniciou o seu trabalho nas hortas comunitárias, antes mesmo da implantação oficial do projeto, em 1987.

que se dá, na verdade, é que, em geral, quanto mais se sabe, mais provável é que se obtenham informações históricas importantes de uma entrevista” (Thompson, 1998, p. 255).

Essa afirmação não se refere especificamente às hortas comunitárias, mas ao potencial das entrevistas de trazerem à tona aspectos fundamentais de um determinado contexto histórico. Assim, ao combinar relatos como o da senhora Fátima Silva com documentos oficiais e registros da imprensa, é possível construir uma compreensão mais aprofundada sobre a trajetória e os desafios enfrentados pelas hortas comunitárias ao longo do tempo.

Nesse sentido, a pesquisadora Joana Aires da Silva (2012), sobre a organização dos horticultores, apresenta que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos horticultores está na falta de associativismo. A ausência de organização coletiva caracteriza-os como desarticulados e desorganizados nesse aspecto, dificultando a reivindicação de direitos e a luta por melhores condições.

Sobre a associação de horticultores em Teresina, segundo representante da SDR, já existiu uma associação antes, mas ao longo de quase trinta anos ocorreram muitos conflitos que levaram à desestruturação da entidade. Uma nova associação foi criada em 2012, mas ainda se encontra em fase de organização. Os horticultores estão querendo se organizar para obter recursos do PRONAF, o que obrigatoriamente os leva para o associativismo (Silva, 2012, p. 192).

Identificamos que agricultores organizados e sindicalizados tendem a obter mais investimentos externos e a garantir a produção, o que lhes proporciona recursos contínuos. Um exemplo de órgão nesse suporte é o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que auxilia na conquista de benefícios e incentivos. No entanto, nas hortas comunitárias observadas, muitos horticultores não possuem esse nível de organização, o que dificulta o acesso a oportunidades, em meio aos desafios para a cooperação coletiva.

Desde o início do projeto, barreiras de relacionamento entre os horticultores têm favorecido o trabalho individual, apesar da proposta comunitária. Embora haja momentos de cooperação, como na compra coletiva de insumos, essa colaboração não se estende a todas as necessidades do grupo. Um exemplo disso é a contratação de vigias, creditada apenas por parte dos horticultores, excluindo outros membros.

Além disso, o plantio geralmente ocorre de forma individual, com algumas ocasiões de ajuda mútua. Essa dinâmica também reflete na comercialização, já que cada produtor é responsável exclusivamente pela venda de sua própria produção. Isso demonstra que, apesar dos benefícios da organização coletiva, ainda há obstáculos para fortalecer a cooperação entre os participantes.

É relevante ressaltar mais alguns aspectos acerca da cooperativa e organização dos horticultores no Itararé. O relato da senhora Benedita do Nascimento Lyra⁷, esposa do senhor José Alves de Lyra citado anteriormente, contribui para as reflexões mais abrangentes sobre a cooperativa e a Associação dos Horticultores do Itararé. Segundo ela, inicialmente, os horticultores recebiam benefícios ou descontos por serem “associados”, mas, com o passar do tempo, os representantes responsáveis pela gestão da cooperativa recolheram os valores acumulados e se retiraram, causando o desmonte da organização, conforme a senhora Benedita do Nascimento Lyra relatou em entrevista:

A prefeitura vinha até a gente, os meninos vinham até a gente fazer o cadastro. Botar o nome e pronto. Aquilo ali, quem entrava naquilo ali já sabia: horta número tal é de fulano de tal, *tá* aqui o nome no cadastro, *tá* tudo na prefeitura preservado lá. Tinha cooperativa, a gente comprava semente era lá. Tudo era lá, buscava tudo era lá. Às vezes até o adubo eles davam para gente pegar de graça. No começo a horta foi muito boa, davam até o estrume. A gente pegava um caminhão, saía no mundo aí caçando estrume de graça. Cada um apanhava uma porcentagem de estrume, tudo um tanto, era dividido. Ali na cooperativa, a gente comprava semente, mas aí também tinha o copozinho da gente botar dinheiro todos os meses, que era para fazer uma poupançazinha. Quando precisasse, a gente ia até lá ou eles iam até lá e compravam o que precisava ou ajeitavam alguma coisa. Mas, como tem uns mais espertos do que outros, deram com a mão no dinheiro. Um foi-se embora pra Parnaíba e o outro ainda hoje *tá* aqui nas hortas. Mas a gente não abriu a boca para dizer quem era e quem não era. Aí ficou dito por não dito, pronto. Foi uma coisa que nós perdemos, o dinheiro, e acabou a cooperativa (Nascimento Lyra, 2022b).

O relato confirma o desmembramento de uma cooperativa que poderia ter contribuído para as lutas e reivindicações dos horticultores do bairro. Contudo, a falta de uma aliança sólida e de uma associação eficaz para representar as suas necessidades frente ao poder público levou à desarticulação do grupo.

Ao analisar dinâmicas de organização entre grupos economicamente fragilizados, Eric Hobsbawm (2000) ressalta que “eles precisam não só de uma estratégia de pressões efetivas, mas de planos de ação e de organismos capazes de executar esses planos. Eles não estão martelando de fora do sistema, mas de dentro, com o potencial de transformá-lo” (Hobsbawm, 2000, p. 414-415).

Embora Hobsbawm (2000) se refira a um contexto mais amplo de mobilização política e sindical, a sua reflexão ajuda a compreender a fragilidade da organização dos horticultores do Itararé.

⁷ Lyra, Benedita do Nascimento. *Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na residência da entrevistada. Teresina, 22 ago. 2022b.*

Natural da zona rural de Altos (PI), Benedita do Nascimento Lyra conta que deixou a sua região de origem após o casamento, acompanhando o marido, que recebeu ofertas de emprego fora do setor campesino. No início, moraram na casa de parentes e, posteriormente, conseguiram uma residência no Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde II, na segunda etapa organizada pela COHAB-PI. Quando entrevistada, tinha 72 anos. Mãe de três filhas e avó de quatro netos, afirma que todos foram criados, alimentados e educados por meio do trabalho desenvolvido por ela e pelo marido, José Alves de Lyra, nas hortas comunitárias. Ambos se aposentaram graças à agricultura urbana.

Sem uma estrutura coletiva eficiente, esses trabalhadores ficaram vulneráveis, reduzindo a sua capacidade de reivindicar melhorias e promover transformações significativas.

O enfraquecimento da cooperativa e da associação contribuiu para a desistência de muitos horticultores e o abandono dos lotes. Relatos indicam que, onde antes havia um espaço coletivo ao lado da Associação dos Moradores do Itararé (AMI), hoje há um espaço privado utilizado para festas e moradia.

As dificuldades que levam os horticultores a desistirem dos lotes nas hortas dizem respeito às questões burocráticas do poder público, que nem sempre atendem às suas necessidades com relação ao funcionamento do poço e ao transporte do esterco, que são elementos básicos para o trabalho nas hortas. Sem estes, os horticultores acabam por se organizarem entre eles mesmos, sob determinadas circunstâncias (Silva, 2012).

Algumas horticultoras relataram que levavam os filhos para acompanhá-las no trabalho com a terra e, principalmente, para ajudá-las na venda de verduras e hortaliças. Esse é o caso da senhora Teresinha Soares dos Reis⁸, uma de nossas entrevistadas, quando perguntada sobre o processo de inscrição nas hortas, e se os seus filhos a auxiliavam no trabalho ou ficavam em algum local específico de acolhimento das crianças e adolescentes. Ela respondeu:

Aqui eram as inscrições, as pessoas faziam as inscrições, aí foram sorteadas. Principalmente para quem tinha criança naquela época, né? Podia trabalhar naquela época, que hoje menino não pode mais trabalhar. Aí a gente fez a inscrição e foram sorteadas umas pessoas. A gente não foi de primeira, ficamos de reserva. Aí, quando as pessoas desistiram do primeiro lote, fomos sorteados. No começo era eu, meu marido, meus filhos. Os meninos ajudaram até quando saíram de dentro de casa. Iam *pro* colégio, um de manhã ia me ajudar a vender cheiro-verde, saía vendendo por aí e por acolá, até que me *aplumei* por aqui. Às vezes andava vendendo pelas portas, botando os meninos nas portas, até me organizar (Reis, 2022).

O relato da senhora Teresinha dos Reis reforça a importância do envolvimento familiar no trabalho das hortas comunitárias, evidenciando como, em contextos de vulnerabilidade, os filhos colaboravam na produção e comercialização dos produtos. Além disso, a fala da horticultora confirma as disposições da Portaria SDR nº 02/2013, que regulamentava as inscrições junto à Superintendência de Desenvolvimento Rural (SDR) da Prefeitura Municipal de Teresina. Essas inscrições poderiam ser

⁸ Reis, Teresinha Soares dos. *Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta da entrevistada*. Teresina, 30 ago. 2022.

Teresinha Soares dos Reis migrou do município de Barra do Corda (MA) em busca de melhores condições de vida. No início, morou de aluguel, enquanto seu marido trabalhava como operário na construção civil. Quando entrevistada, tinha 75 anos. Os seus filhos acompanharam inicialmente a sua trajetória de trabalho nas hortas comunitárias do bairro, onde ingressou no dia 20 de agosto de 1987, ano da implantação do projeto. A entrevistada faz-se atuante em cursos e capacitações fornecidas pelo Instituto Federal do Piauí (IFPI) e reitera a importância de iniciativas como esta para a conscientização e orientação de melhores maneiras para o manejo e venda das hortaliças.

realizadas de forma individual ou por meio da Associação dos Moradores do Itararé, dos horticultores ou cooperativas.

Ao ser entrevistada em 2022, a senhora Teresinha dos Reis demonstrou essa conexão com a horticultura de maneira simbólica. Paul Thompson (1998), ao discutir memória e identidade, afirma que “a maioria das pessoas conserva algumas lembranças que, quando recuperadas, liberam sentimentos poderosos” (1998, p. 205). Talvez movida por esse vínculo afetivo, compareceu espontaneamente vestindo a camisa de um curso de capacitação de horticultura e desenvolvimento do Instituto Federal do Piauí (IFPI), e levando a sua carteirinha de horticultura, que registrava o vínculo com a SDR. O gesto de Teresinha reafirmava o orgulho pelo que produz e a conexão com a comunidade, demonstrando força e pertencimento.

Segundo Juliana Monteiro e Maria do Socorro Monteiro (2006), em Teresina, das 240 pessoas envolvidas na horticultura em 43 unidades produtivas, 149 eram mulheres, representando 62,08% do total. Além disso, 65,24% dos horticultores tinham mais de 46 anos, indicando a acessibilidade da atividade para essa faixa etária e a baixa adesão dos jovens.

No que se refere à escolaridade, 87,61% dos horticultores não concluíram o ensino fundamental, e 33,33% eram analfabetos, o que dificultava a inserção no mercado formal, levando muitos a recorrer às hortas como alternativa de sustento. A horticultura, predominantemente familiar, envolvia a colaboração de filhos e cônjuges em 68,37% dos casos, enquanto 31,2% dos trabalhadores atuavam sem apoio familiar e apenas 0,41% contratavam ajuda esporádica.

O projeto das hortas comunitárias foi inicialmente financiado pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão que desempenhou um papel essencial na implantação do programa e no apoio às famílias. Na época, o trabalho infantil não era regulamentado, pois o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) só foi instituído em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069, que estabeleceu diretrizes para a proteção integral das crianças e adolescentes no Brasil.

O trabalho nas hortas comunitárias contribuiu significativamente para a subsistência das famílias, especialmente nos primeiros anos do projeto. Apesar das dificuldades, as horticultoras entrevistadas enfatizaram que incentivavam seus filhos a permanecerem na escola, na busca de oferecerem oportunidades que elas mesmas não tiveram no passado.

Naquele período, era comum a venda de produtos em mercados, ao ar livre e nas ruas dos bairros próximos, de porta em porta, muitas vezes organizados em “bacias de alumínio”, que as mulheres transportavam sobre as cabeças e a pé, ou junto a seus companheiros, em bicicletas. Como narra a senhora Benedita do Nascimento Lyra, sobre a sua trajetória de vendas:

Eu comecei [a] vender na horta, aí passei *pro* mercado. Quando foi um dia, botei no mercado, não deu. Aí eu peguei a bacia, botei na cabeça e me joguei no mundo. Era no Monte Castelo, Piçarra, Redenção... Eu sei que nesses bairros aqui, roda de Teresina: Mafuá, Porenquanto, tudo eu andava com a bacia de cheiro-verde na cabeça, e não me envergonhava de ninguém. Pegava o metrô, pegava o ônibus, eu ia a pé para a Piçarra... Tinha uma mulher que ia comigo também, que eu convidei. Uma disse que não ia, a outra disse assim: ‘Eu topo.’ ‘Pois vamos nós duas.’ Para o São João, Vila da Paz... Vila da Paz foi onde mais eu andei, rodei, Cidade Nova, Morada Nova, pela Rádio Clube, eu arroteava tudo que é no Monte Castelo, já descendo *pro* rumo da Miguel Rosa. Na Miguel Rosa, tudo eu vendia, pronto. Aí, quando foi um tempo, os bandidos quiseram me pegar, aí eu deixei de mão, comecei a andar com medo. Aí fiquei vendendo só aqui mesmo na horta e fazendo entrega aqui e acolá. Aí eu faço minhas entreguinhas nos comércios e fico vendendo na minha horta, mas *tá* dando para fazer meu troco, graças a Deus. Eu agradeço muito a Deus (Nascimento Lyra, 2022b).

O relato da senhora Benedita Lyra evidencia as trajetórias de venda das horticultoras, confirmando como as hortas contribuíam para a alimentação dos bairros vizinhos. O percurso cotidiano entre mercados, ruas e bairros distantes, carregando bacias de alumínio na cabeça, revela uma geografia urbana feita de corpos que inscrevem, no espaço, histórias de resistência e sobrevivência. “Os caminhos que se respondem nesse entrelaçamento, poesias ignoradas de que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, escapam à legibilidade” (Certeau, 2014, p. 171). Essas rotas cotidianas, embora aparentemente marginais, carregam em si uma trama de significados que desafiam a leitura hegemônica da cidade.

Enfatizamos, ainda, as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, como a falta de mobilidade urbana adequada, que as obrigava a caminhar por longas distâncias carregando as hortaliças e verduras sobre a cabeça e os braços, e a ausência de segurança básica, como fatores que limitavam as opções de venda em áreas mais distantes.

Esse contexto leva-nos a refletir sobre a relação desses trabalhadores com o tempo do cultivo e com o tempo regulado pelo relógio urbano. E. P. Thompson (1998) discute como a percepção do tempo, entre o natural e o regulado, mudou ao longo da história. Como afirma o autor: “Quando se usa o relógio ao redor do pescoço, ele fica mais próximo às batidas menos regulares do coração” (Thompson, 1998, p. 268).

No caso dos horticultores, observa-se que o vínculo com o tempo regulado pelo relógio é mais frágil. Os seus dias começam ainda no escuro de suas casas, dando início ao trabalho nos lotes, um hábito que remonta a juventudes no interior, onde sequer chamam de “cidade”.

E. P. Thompson (1998) observa que o trabalho do amanhecer até o crepúsculo pode parecer “natural” em uma comunidade agrícola, especialmente durante a colheita, pois a natureza impõe o seu próprio ritmo: os grãos devem ser colhidos antes das tempestades. Esse princípio reflete na rotina dos horticultores, que organizam as suas atividades conforme as necessidades das plantações, aproveitando

os períodos mais favoráveis ao crescimento das mudas para garantir colheitas futuras, visto que cada hortaliça exige cuidados específicos.

Contudo, os desafios climáticos e sociais impactam diretamente o trabalho. Durante os meses mais quentes, o excesso de Sol pode queimar as hortaliças, enquanto os períodos de chuvas intensas resultam em perdas significativas das produções. Além disso, os entrevistados relatam recorrentes furtos de hortaliças durante a noite, o que compromete ainda mais a produção. Diante dessas dificuldades, a solidariedade entre os horticultores se fortalece, manifestando-se nos desabafos e na cooperação no cotidiano compartilhado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao investigarmos o processo de implantação e reverberação das hortas comunitárias no Itararé, zona Sudeste de Teresina, identificamos um percurso repleto de desafios e reinvenções, atravessado por transformações sociais, políticas e econômicas. Para tanto, a análise das fontes, incluindo as entrevistas realizadas com alguns dos primeiros horticultores da região, permitiu compreender como a relação entre o campo e a cidade se manifesta na memória e experiência desses agricultores urbanos, que, apesar da falta de incentivos governamentais contínuos e da desarticulação das cooperativas, conseguiram construir espaços produtivos e efetivar a consolidação das hortas comunitárias como locais de resistência e reinvenção coletiva.

As hortas comunitárias emergem como territórios de memória e experiência, onde a conexão entre o rural e o urbano reflete não apenas a subsistência, mas também a busca por autonomia, pertencimento e continuidade. A análise realizada evidencia que a implantação do projeto de hortas comunitárias foi determinante para a fixação populacional e para o desenvolvimento do conjunto habitacional, movimentando fluxos de trabalho, sociabilidades e uma dinâmica econômica própria.

Os horticultores, nesse contexto, consolidam-se como agentes ativos na conformação do espaço urbano, transformando as hortas em um modelo de agricultura urbana que articula dimensões econômicas, sociais e políticas. No entanto, a ausência de uma coordenação eficiente entre organizações e gestores públicos ainda impõe desafios à expansão e à permanência dessa prática. Ademais, percebemos nos discursos jornalísticos uma ausência de conexão entre o serviço estatal e os sujeitos que viriam a se tornar os principais agentes das hortas, revelando um descompasso entre as expectativas institucionais e as esperanças concretas depositadas no futuro do projeto pela própria comunidade.

Diante disso, destaca-se a necessidade de ações que promovam a conscientização sobre a importância da agricultura urbana entre administradores municipais, planejadores e organizações da

sociedade civil. Além disso, é fundamental fortalecer a organização dos próprios horticultores e ampliar pesquisas sobre as potencialidades e desafios dessa prática na cidade de Teresina, garantindo a continuidade e o reconhecimento dessa atividade como estratégia essencial para o desenvolvimento urbano sustentável. As narrativas orais e os documentos analisados elucidam como esses sujeitos reinterpretem suas trajetórias, mantendo viva uma memória social que resiste ao esquecimento das táticas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BUARQUE, Chico; NASCIMENTO, Milton. Cio da Terra. Intérprete: Milton Nascimento. In: Milton & Chico [compacto]. Philips, 1977. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sB2uIJBzszU>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- CAMARGO, Leocádio de Souza. As hortaliças e o seu cultivo. Campinas: Fundação Cargill, 1992.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. v. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, Marcelo de. Nasce um bairro, renasce a esperança: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.
- FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; SOUSA NETO, M. de. Para além das margens: o Conjunto Habitacional Itararé e as remodelações dos espaços urbanos em Teresina (década de 1970). História Oral, 22(2), 2020, p. 191-216. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v22i2.942>.
- HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOBSBAWM, Eric J. Mundos do trabalho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados censitários do município de Teresina. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Especificidade da cidade – a cidade e a obra. In: LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001, p. 19.
- LIMA, Antônia Jesuíta de. As multifaces da pobreza: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina: Editora Halley, 2003.
- LIMA, Paulo Henrique Gomes de. A ocorrência de policentralidade em Teresina – PI: a formação de um subcentro urbano na região Sudeste. 2011. 204 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2011.
- MONTEIRO, Juliana Portela do Rego. Hortas comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social e ambiental. 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Teresina, 2005.
- MONTEIRO, Juliana Portela do Rego; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 5, p. 47-60, 2006. Disponível em: http://www.redibec.org/IVO/rev5_04.pdf.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Joana Aires da. Agricultura urbana em Teresina: o rural que permanece na cidade. 2014. 230 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

TERESINA. Agenda 2030: avançando para o futuro. Diagnóstico, avanços e desafios. Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. Teresina, 2013, 67 p.

TERESINA. Manual do Horticultor – Recomendações para o Cultivo Orgânico de Hortaliças. SDR – Superintendência de Desenvolvimento Rural. Prefeitura Municipal de Teresina. 5. ed. Teresina, 2019.

TERESINA. Seminário – Agricultura Urbana nas Cidades no Século XXI. Teresina, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FONTES HEMEROGRÁFICAS

AGRICULTURA implantará hortas educacionais. O Dia, Teresina, 11 fev. 1987, p. 2.

CHESF cede terreno para horta. O Dia, Teresina, 30 mar. 1987, p. 7.

LYRA, Iarah Gabrielly de Sousa. Tabela da Evolução Populacional de Teresina de 1960 a 2000. Adaptado de: Censos demográficos. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Teresina, 2025.

LYRA, Iarah Gabrielly de Sousa. Hortas implantadas em 1987. Adaptado de: Censos demográficos. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Teresina, 2025.

LYRA, Iarah Gabrielly de Sousa. Região do Grande Dirceu em relação à cidade de Teresina [mapa]. 2025. Mapa de satélite obtido via Google Maps e elaborado no software Qgis.

LYRA, Iarah Gabrielly de Sousa. Vista aérea destacando as hortas comunitárias no bairro Dirceu Arcoverde [mapa]. 2025. Mapa de satélite obtido via Google Maps e elaborado no software Qgis.

ENTREVISTAS

LYRA, Benedita do Nascimento. Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na residência da entrevistada. Teresina, 22 ago. 2022b.

LYRA, José Alves de. Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na residência do entrevistado. Teresina, 10 ago. 2022a.

REIS, Teresinha Soares dos. Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta da entrevistada. Teresina, 30 ago. 2022.

SANTOS, Antônio Maria dos. Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta do entrevistado. Teresina, 30 ago. 2022.

SILVA, Fátima Maria da Paz. Entrevista concedida a Iarah Gabrielly de Sousa Lyra, na horta da entrevistada. Teresina, 21 ago. 2022.